



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1660554 - GO (2020/0028799-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO
ADVOGADO : TENÓRIO CÉSAR DA FONSECA - GO009285
AGRAVANTE : CELIO NATAL DOS SANTOS
ADVOGADO : RAFAEL MARTINS DE ARAUJO CARDOSO - GO019998
AGRAVANTE : TEODORO & VASCONCELOS LTDA
ADVOGADOS : JOSE FRANCISCO RABELO - GO015797
JIVAGO TOMÁS DA CUNHA - GO022255
AUGUSTO SANTANA MARTINS XAVIER NUNES - GO021455
FELLIPE DE TARSO RIBEIRO DE SOUSA - GO036750
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: de indenização por danos materiais e estéticos e de compensação por danos morais, ajuizada por MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO, em face de CELIO NATAL DOS SANTOS e TEODORO E VASCONCELOS LTDA., decorrente de erro médico.

Decisão de admissibilidade do TJ/GO: inadmitiu o recurso especial com fundamento na incidência dos óbices das Súmulas 282/STF e 7/STJ e na ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

ARESP de MARIA JOSE PAIXAO ARAUJO: se limitou a trazer alegações genéricas, mas não demonstrou, pontualmente, a inaplicabilidade de cada um dos óbices invocados na decisão agravada.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com

fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro em 10% o valor dos honorários fixados anteriormente devidos pela agravante, observada a concessão da gratuidade de justiça.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora